

Clama itaque, clama, ne cesses: a trajetória do periódico

O Apostolo em defesa da educação católica¹

Clama itaque, clama, ne cesses: the trajectory of the journal

O Apostolo in defense of Catholic education

*Eveline Viterbo Gomes**

Resumo

O presente artigo tem como tema as percepções sobre educação do periódico católico *O Apostolo* no século XIX. O objetivo é compreender a participação desse jornal na esfera pública no que diz respeito aos debates sobre educação. Para isso, procuro situá-lo quanto à sua filiação ideológica, perceber as nuances de seu perfil editorial e sua atuação no campo educacional. Esse exercício mostrou que o periódico católico em pauta adotou uma perspectiva prescritiva em detrimento do debate pedagógico especializado. *O Apostolo* defendia, essencialmente, a educação religiosa usando sua força para orientar as famílias nos cuidados com a educação de seus filhos. Segundo o periódico, a recompensa seria a formação de brasileiros moralmente fortes e, por consequência, uma sociedade livre do mal.

Palavras-chave: História da Educação. Imprensa católica. Movimento ultramontano. Educação católica.

Abstract

This article has as its theme the perceptions about education of the Catholic newspaper *O Apostolo* in the 19th century. The goal is to understand the participation of this journal in the public sphere with regard to debates on education. Therefore, I try to situate it as to its ideological affiliation, to perceive the nuances of its editorial profile and its performance in the educational field. This exercise showed that the Catholic journal in question adopted a prescriptive perspective at the expense of the specialized pedagogical debate. *O Apostolo* essentially defended religious education using its authority in order to orientate families in the care of children's education. According to the newspaper, the reward would be the development of morally strong Brazilians and, consequently, a society free from evil.

Keywords: History of Education. Catholic press. Ultramontane movement. Catholic education.

* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: evelinevg@yahoo.com.br.

Introdução

Clama, pois, clama sem cessar: como trombeta exalta a tua voz, revela os crimes da impiedade, patentêa os danos a que ella dá origem, para que assim se conheça quão amargo é ter abandonado o Senhor e sacudido o seu temor, e quão absurdo é perseguir ou menosprezar aquella Religião, que tendo já erguido o genero humano da profunda abjecção em que se havia precipitado, continuou sempre a ser a autora e promotora dos progressos dessa mesma humanidade que hoje tanto se ensoberbece (Pio IX, 1870, p. 1).

No mês de abril de 1870, chegava à Typographia do Apostolo uma carta do Papa Pio IX endereçada ao padre José Gonçalves Ferreira em reconhecimento por seu trabalho frente ao periódico católico *O Apostolo*, em defesa do catolicismo: “Clama sem cessar”, pedia o papa. Esse era o reconhecimento da importância daquele jornal como resistência ao que consideravam ataques à Igreja em território nacional. Daquela maneira, fez padre Ferreira até o dia de sua morte. Daquela maneira, fizeram seus sucessores até o fechamento do jornal em 1901.

O Apostolo nasceu no primeiro domingo do ano de 1866, na Corte do Rio de Janeiro. Gestada “por sacerdotes” (*O Apostolo*, 1866, p. 1), brotou trazendo espinhos, armas que defendiam os interesses da Igreja contra aqueles que tentavam arrancá-la do lugar conquistado.

Naquele momento, havia um movimento político e filosófico, no Brasil e no mundo, de redefinição das esferas temporal e espiritual cuja consequência principal era a diminuição da influência religiosa nas ações do estado. Os defensores dessa proposição, identificados *grosso modo* como liberais, passaram a ser encarados como inimigos da Igreja, representantes do indiferentismo religioso. Tal percepção levou parte do clero a adotar um posicionamento em favor do fortalecimento doutrinário do papado ao tempo em que se defendia de seus inimigos (Santirocchi, 2010): “na ordem pública – anarchia; na política – republicanismo; no dominio das ideias – filosofismo; na religião – protestantismo” (*O Apostolo*, 1866, p. 1-2). Imbuído desse espírito, o periódico católico em pauta foi fundado sob a divisa de *periodico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade*, colocando-se no papel de bastião da moral e da ordem social no Brasil e canal de manifestação contra tudo o que fosse considerado um ataque ao catolicismo em âmbitos local e global.

Por suas características materiais e discursivas, *O Apostolo* é considerado um marco de transição na história da imprensa católica brasileira. Com programa de publicação semanal, contava com colaboradores em diversas regiões do país e do exterior e era vendido em todo o Brasil, num esforço de articulação entre as forças católicas nacionais (Lustosa, 1983). No que diz respeito às temáticas abordadas, seus redatores e colaboradores estavam particularmente atentos e reagentes à disseminação de ideias liberais, ao incentivo à imigração, à ampliação da liberdade de culto. Segundo eles, problemas que não deveriam ser combatidos exclusivamente pelo clero, mas por todos os católicos. Nesse sentido, o apoio da família cristã seria de suma importância por ser a primeira difusora dos valores morais católicos em seus filhos, embriões de bons cidadãos e bons filhos da Igreja, conforme patente no artigo de abertura da edição inaugural da folha:

Pais e mães que professão a Religião Catholica lembrai-vos que Maria Santissima, a melhor de todas as mães, desde que deu a luz do mundo o Menino Jesus, jamais se separou d'elle, não o levando a outra parte senão ao templo; aprendei della o cuidado que todas vós deveis ter em educar e instruir, vós mesmas os vossos filhos, ou pelo menos a não confial-os, para este fim, senão a pessoas, cuja piedade e virtude sejam bem claras e patentes. Só assim formareis bons cidadãos para a patria, e bons filhos para a Igreja, que é a mãe de nós todos (Sobre, 1866, p. 1).

Ainda que sem declaração de autoria, o texto de característica missal sugere ser de obra do também editor chefe padre Ferreira. Recorrendo ao exemplo de Maria, mãe de Jesus, seu sermão aconselhava a família católica não só a zelar pela educação e instrução de seus filhos, evitando preceptores, mestres ou professores não católicos, mas ainda afirmava a importância da religião como orientação moral indispensável para a constituição do cidadão brasileiro. Essa tendência esteve presente em muitos editoriais e artigos publicados ali ao longo dos 35 anos de existência de *O Apostolo*, sugerindo a pretensão de moldar comportamentos, instituir novas práticas – ou, na percepção de seus editores, resgatar práticas abaladas pela propagação dos liberais –, ao tempo em que reforçava a visão de mundo própria do grupo intelectual que representou.

Com causa, objetivo e métodos explicitamente ligados aos interesses da Igreja Católica, o periódico em pauta é classificado como um jornal opinativo, sem compromisso firmado com uma pretensa imparcialidade para a informação de fatos. Esse atributo, mais ou menos evidente em periódicos impressos conforme a

época na qual circularam e suas finalidades, por muitos anos, fez com que historiadores mantivessem em suspeição seu uso como fonte de pesquisa. Tal postura foi alterada somente nas últimas décadas do século XX, conforme aponta De Luca (2005) ao discorrer sobre esse processo. Remetendo à primeira geração da Escola dos Annales, a pesquisadora chamou a atenção para o fato de que as questões levantadas por Marc Bloch e seus companheiros não foram suficientes para evidenciar toda a potencialidade da imprensa, a qual ficou "relegada a uma espécie de limbo" (De Luca, 2005, p. 112).

Duas gerações foram necessárias para que o cenário mudasse, mas seus efeitos foram logo sentidos no Brasil. Na década de 1970, o debate acerca de novos objetos, problemas e abordagens estimulado pela publicação de uma coletânea organizada por Le Goff e Nora (1974a, 1974b, 1974c), cujo objetivo era promover um novo tipo de História, alargando o campo e transformando relações do historiador com o documento, deu impulso aos estudos que tomavam os periódicos como fonte e objeto nos anos de 1970. No campo da história da educação, mais especificamente em forma e conteúdo, jornais, revistas, boletins pedagógicos, religiosos, estudantis, culturais, sindicais e de outras naturezas mais, passaram às atenções dos pesquisadores, cientes de que "os impressos colocam em evidência um conjunto de estratégias de difusão e imposição dos modelos pedagógicos ou de comportamento e de táticas de apropriações desses modelos, utilizados como importantes dispositivos pelos diferentes atores que [ocupam] o campo educacional" (Orlando; Leonardi, 2017, p. 16) nos diferentes espaços e tempos.

É por esse mesmo prisma que o presente trabalho se propõe a refletir sobre *O Apostolo*. Para compreender o papel desempenhado por esse jornal no debate educacional, foi necessário pesquisar de forma mais detida o contexto local de sua criação e circulação, movimento, esse, responsável por tornar inteligíveis as bases de sua argumentação em favor da educação católica. O resultado desse empreendimento está apresentado no texto a seguir.

1. “É tempo ainda”: sobre a missão de um jornal católico na Corte do Rio de Janeiro

Sabem que é o *Apostolo*?

É um jornal novo, ultramontano, gazetta da sacristia, que começou a aparecer, bem redigido é verdade, mas fallando uma linguagem que já não é deste tempo, nem este paiz.

Eu, que de ordinario não me dou a estudos serios, pela regra de que tolo é quem se mata, e vou-me dando bem com meus livrecos de pequena monta, li comtudo o Apostolo, e decorei alguns estirados artigos sobre assumptos religiosos, humedecidos de agua benta, e cheirando ainda a gavetões da sacristia...

Li-os para minha instrucção... e basta.

Digo-lhes que é cousa pesada de mais” (Novidades, 1866, p. 3037, grifo do autor).

Havia um mês que *O Apostolo* circulava entre os leitores quando a *Semana Illustrada* teceu o primeiro dos muitos comentários sobre o novo jornal católico. Carregado de água benta, com linguagem antiquada, coisa pesada de mais foram algumas das impressões recolhidas pelo articulista para imputar um certo anacronismo às ideias que exigiam o fortalecimento de uma moral católica que seus críticos diziam não estar de acordo com a própria Igreja. Para corroborar sua condenação, o anonimato dos proprietários, editores e articulistas mantido por ao menos cinco anos. De acordo com a imprensa oposicionista, a omissão de autoria colocava em dúvida a missão de *O Apostolo*, pois entendiam que, ao falar em nome da verdade, da fé e da Igreja, não haveria motivos para preservarem seus nomes longe do debate público.

De fato, a pesquisa que empreendi na imprensa da época não resultou em qualquer informação concreta sobre as pessoas envolvidas na produção do periódico em questão. O nome de padre Ferreira aparecia em seu jornal de forma esporádica e poucas vezes estava explícita sua condição de proprietário. Na imprensa oposicionista, predominavam referências ao padre, seu jornal e colaboradores em forma de piadas, apelidos e charges.

O tom jocoso e os textos que insistiam em desqualificar a causa e a ressonância política e social de *O Apostolo* são colocados em xeque por estudos recentes empenhados em perscrutar as relações de nexos e clivagens entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX. Ainda que o posicionamento da equipe editorial da folha católica não fosse unanimidade no clero e na sociedade, as historiadoras Abreu (1999) e Lustosa (2012a; 2012b) apontam a forte influência do padre Ferreira e seu jornal na Corte. Tendo sido reitor do Seminário São José, cônego e monsenhor junto a Monsenhor Félix e D. Lacerda, religiosos que estiveram à frente da diocese do Rio de Janeiro, padre Ferreira soube usar sua influência contra expressões do que considerava demonstrações de afronta à moral cristã: censurou peças teatrais, cerceou manifestações carnavalescas e a popular Festa do Divino.

Aos estudos citados anteriormente, somam-se outros dedicados a analisar o movimento ultramontano e o processo de laicização da instrução pública, como os desenvolvidos por Brandão (2011), Limeira (2011), Neves (2013) e Pasche (2014). Ainda que utilizando *O Apostolo* como fonte privilegiada para a compreensão da Igreja, esses autores não tinham como proposta tomar o periódico como objeto de estudo. Seus enfoques expuseram importantes dados acerca do divulgado naquelas páginas, porém são dados que pouco iluminaram as especificidades do grupo intelectual liderado por padre Ferreira.

Diante disso, conhecer a trajetória do periódico católico em pauta e os personagens envolvidos nela tornaram-se questões chave para a compreensão de seus posicionamentos, críticas e defesas, orientações, propostas e projetos acerca da temática da educação. O movimento de se aprofundar em informações já conhecidas e de desvendar novas foi desenvolvido na diacronia e na sincronia de *O Apostolo* página a página e nas trilhas das interlocuções com outros periódicos impressos que circularam na mesma época.

1.1. O clero a postos: em defesa da tradição

Tenho conversado com alguns sacerdotes a respeito de cousas do *Apostolo*. O ultimo com quem falei é um dos nossos mais eruditos padres e meu velho amigo. Não posso dizer o nome d'elle; mas afirmo a authenticidade da conversa.

Verei se posso reproduzil-a

EU: Diga-me, padre-mestre, costuma ler o *Apostolo*?

ELLE: Costumo.

EU: É das mesmas opiniões d'elle?

ELLE: Defina melhor a sua pergunta.

EU: Ouço dizer que o *Apostolo* não é orgam do clero. Parece-lhe isso?

ELLE: Sem duvida. O *Apostolo* não é orgam do clero brasileiro.

EU: Eu já suspeitava isso, até por ter lido duas ou tres insinuações no mesmo *Apostolo*. Queixa-se elle de encontrar opposição entre os seus.

ELLE: E é verdade. O clero não responde pelas doutrinas do *Apostolo* (Do Frade, 1870, p. 3834).

Em seu frontispício, *O Apostolo* ostentava o apoio recebido não só de D. Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, como dos Papas Pio IX e Leão XII, entretanto não se tratava de um órgão oficial da Igreja e nem representava a voz de todo o clero brasileiro, como fez questão de ressaltar o redator da história que abre a presente

seção. A folha católica estava inserida no movimento ultramontano cuja vanguarda no Brasil se localizava nas regiões Norte e das Minas Gerais, tendo como representantes D. Macedo, bispo de Belém do Pará, D. Vital, bispo de Olinda, e D. Viçoso, bispo de Mariana. Esse movimento ganhou força na primeira metade do século XIX, caracterizando a reação da Santa Sé, enquanto gestão de um Estado, ao liberalismo político e fortalecendo o vínculo dos bispos com o papado por meio do incentivo à solução de problemas locais com vistas à unidade doutrinária da Igreja (Martins, 2012). Não por acaso, as edições do periódico em pauta eram permeadas por artigos em defesa do fim do Regalismo e do fortalecimento da autoridade papal sobre os assuntos eclesiásticos, além de assumirem o lugar de ferrenho combatente a “moderna civilização, a irreligiosidade, as teorias revolucionárias, as ideologias materialistas estrangeiras, o indiferentismo, o liberalismo, o positivismo, o racionalismo, o cientificismo, o socialismo, a maçonaria e o protestantismo” (Abreu, 1999, p. 312).

Vestígio da tradição portuguesa do Padroado, o Regalismo foi instituído por Dom Pedro I na Constituição de 1824 antes mesmo da concessão papal do patronato régio, requerido pelo ministro plenipotenciário monsenhor Vidigal, enviado a Roma em agosto de 1824. De acordo com o disposto no artigo 102 da primeira Constituição do Império, era prerrogativa do imperador

II. Nomear bispos, e prover os benefícios eclesiásticos. (...)
XIV. Conceder, ou negar o beneplácito aos decretos dos Concílios, e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à Constituição; e precedendo aprovação da Assembleia, se contiverem disposição geral (Brasil, 1824).

A proposta centralizadora do Estado brasileiro atingia não somente os negócios da Igreja Católica, como também, paulatinamente, invadia o espaço privado criando novas fronteiras na relação público-privado. Dessa ação, surgiram reações dos diversos setores da sociedade civil, inclusive da Igreja. Vale, contudo, atentar para o fato de que isso não foi suficiente para abalar a força da tradição pela colaboração entre Estado e Igreja pelo menos até a grande crise ocorrida em meados da década de 1870, conhecida como Questão Religiosa, quando também a proposta de laicização do Estado tomava curso e se tornava progressiva.

Reconhecendo as imperfeições do ser católico no Brasil, o impresso católico optou por, primeiro, garantir a defesa da religião contra seus inimigos e, depois, formar o bom cristão. Nesse cenário, o campo educacional se fortaleceu como

campo privilegiado de ação para a formação do sujeito ideal: o bom cristão que, por isso, seria também o bom cidadão e peça chave na elevação do cristianismo ao lugar que seria seu por direito, por tradição, conforme pode-se depreender do artigo intitulado “A religião do Estado e a liberdade de culto”, no qual seu autor defendia que o catolicismo não era religião do governo e estaria para além desse, pois representava o conjunto de cidadãos da nação. E, ainda, afirmava que a religião católica no Brasil era anterior e transcendia a Constituição, “que nada mais fez, a este respeito, do que exprimir em papel o que desde muito estava gravado em todos os corações brasileiros” (A religião, 1867, p. 243).

Dessa forma, enquanto a imprensa fazia o papel de defesa dos ideais ultramontanos, a educação passava a ser identificada como o espaço para a construção desse católico ideal. Daí a luta contra o processo de laicização que atingia também as escolas, especialmente a partir da proposta de reforma do ensino elaborada pelo ministro Leônicio de Carvalho (Decreto n. 7.247/1879). Os rotineiros protestos contra as idas e vindas do ensino religioso no currículo escolar, então, foram avolumados com longas e intensas exposições de motivos que levariam o futuro dos brasileiros à ruína. Isso porque a reforma previa a liberdade de ensino, ou seja, reduzia as exigências sobre quem poderia ofertar ensino com a intenção de deixar sob a responsabilidade da sociedade o atendimento às suas demandas por escolas. Para os editores de *O Apostolo*, essa medida representava uma grande abertura para a atuação de professores ímpios, possibilitando a ação de oportunistas que transformariam a escola em simples casas de negócios e permitiria aos liberais – ou inimigos da fé – expulsar a religião dos estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Foi no bojo dessa discussão que se instalou uma grave crise no interior do movimento ultramontano fluminense, representado pela equipe do jornal em pauta, imputando à trajetória do padre Ferreira um grave revés.

1.2. Clero e laicato reunidos: acordos e divergências

Embora marcado pela liderança de um sacerdote, o laicato católico colaborou ativamente com a manutenção de *O Apostolo*. Nomes famosos como Cândido Mendes, advogado de D. Vital durante a Questão Religiosa, e Antônio Ferreira Vianna, ministro da Justiça e do Império, deram apoio financeiro. Outros nomes não

tão conhecidos, como o do advogado e diretor de escola Antonio Manoel dos Reis, fizeram empréstimos, ajudaram a gerenciar o jornal e atuaram nele como editores.

Conforme indicado anteriormente, o periódico católico foi fundado, em 1866, sem vínculo formal com a Igreja, tratando-se de um empreendimento pessoal do padre Ferreira. No ano de 1882, foi às mãos de Florentino Montenegro, amigo do antigo proprietário, e nos anos de 1890, foi comprado por padres, entre eles José Loreto e João Maravalho. Sob o controle desses padres, o jornal chegou a ser empastelado, passou a ser chamado *Estrella*, mas logo voltou ao nome original.

Sua periodicidade oscilou, mas nunca foi interrompida, influenciada menos pela dificuldade de captação de recursos que pela necessidade de resposta às questões consideradas vitais à segurança do catolicismo. Era publicado uma vez por semana desde a primeira edição até o ápice da querela entre Estado e Igreja, naquilo que ficou conhecido como Questão Religiosa, quando passou a ser diário (anos de 1874 e 1875). A partir de 1876, saía três vezes por semana.

Quanto ao material que compôs as páginas de *O Apostolo*, sabe-se que esteve aberto a artigos de membros externos ao corpo editorial, publicou cartas pastorais e outros documentos do episcopado brasileiro e de Roma, além de discursos parlamentares e transcrições de artigos e notícias publicados em outros periódicos. O que unia todas as publicações era a temática católica que “denunciava” perseguição à Igreja e identificava os seus “inimigos”. Segundo Abreu (1999), o jornal traçou duas estratégias: de um lado, criar a nacionalidade brasileira católica – e argumentava contra as críticas ao papa como força externa à nação, afirmando que sua autoridade era espiritual, portanto não poderia ser identificada a uma nacionalidade específica –, construindo a concepção de progresso, civilização e ordem coerentes com os princípios do catolicismo romano; por outro, divulgar uma ordem católica, base moral do Brasil, em oposição à desordem protestante e estrangeira.

Logo em seus primeiros anos, passou a contar com tipografia própria, homônima do periódico, a qual se tornou também sede da redação, antes localizada na sacristia da antiga Igreja São Pedro, na região central da Corte do Rio de Janeiro. *O Apostolo* era distribuído aos assinantes após contrato de assinatura semestral ou anual. Quanto à estrutura, manteve-se mais ou menos fixa e, a partir

dos anos de 1869, com o apoio de D. Lacerda, passou a ter espaço reservado às informações oficiais da diocese do Rio de Janeiro.

As notícias e os avisos veiculados no próprio periódico indicam que padre Ferreira enfrentava dificuldades financeiras, chegando a ter, em 1882, seus bens leiloados, incluindo a tipografia e o periódico *O Apostolo*. Foi nesse momento que Florentino Montenegro, um antigo sócio comercial, voltou à cena adquirindo o jornal e a Typographia do Apostolo. Ao fazê-lo, firmou publicamente o compromisso de manter a regularidade de publicação da folha católica, preservando suas características. Segundo Pinheiro (2011), a partir de então, assumiram como editores os padres João Maravalho, citado anteriormente, e Fernando Esberard, antigo aluno de padre Ferreira no Seminário São José e futuro arcebispo do Rio de Janeiro. Com eles, o jornal encampou a construção de um plano nacional católico, incluindo a necessidade de criação de um partido político que os representasse.

Vale ressaltar, contudo, que uma das causas da ruína financeira do padre Ferreira foi o estrondoso rompimento com Antonio Manoel dos Reis. O desentendimento parece ter sido causado pelo posicionamento assumido pelo colaborador de rebeldia e enfrentamento contra o Estado enquanto esteve como principal responsável pelo jornal. Segundo as pistas dadas pelas datas, acontecimentos e comentários em outros periódicos, Reis tornou *O Apostolo* porta-voz de suas reflexões individuais quando o padre esteve ausente. Refiro-me ao ano de 1878, quando uma série de editoriais – alguns assinados por R. – tecem veementes críticas aos avanços do liberalismo, com ênfase à secularização dos estabelecimentos de ensino e ao indiferentismo. O período em que R. – ou Reis – foi sócio e editor, publicou alguns editoriais nos quais lançou a proposta de criação de escolas paroquiais como reação ao ensino secularizado promovido pelo Estado e chamava todos os católicos a contribuírem com esse projeto.

Reis atacou os estabelecimentos de ensino público, em especial o Colégio Pedro II, “sempre reformado para pior, é uma verdadeira sinecura. Hoje, principalmente, melhor fora extingui-lo, do que sustental-o no pé em que vae” (R., 1878, p. 1). De acordo com ele, os católicos não deveriam pagar impostos que sustentassem a instrução pública, pois não eram atendidos adequadamente por ela. Ao invés disso, os católicos deveriam investir na criação de escolas de educação católica.

Essa proposta permite entrever que Reis sugeria o rompimento da tradição colaborativa entre Estado e Igreja, forçando esta a renunciar a luta pelo ensino religioso nos estabelecimentos de instrução pública.

As diferenças sutis no tom e nas medidas das críticas ao Estado, aos pais e mães e até contra o próprio clero estiveram presentes no jornal ao longo dos anos, contudo, tornaram-se evidentes e taxativas na ausência do padre Ferreira, o qual se recuperava de uma cirurgia entre os meses de agosto e setembro de 1878. Excedendo de sua liberdade, Reis gerou um mal-estar bastante noticiado pela imprensa da época, que culminou no rompimento da sociedade e na sua promessa de criar um jornal *verdadeiramente* católico.

2. “Salve-se quem puder”: sobre a educação católica como antídoto contra o mal

Os pontos nodais do discurso sobre educação presente nas páginas de *O Apostolo* são a defesa do ensino religioso, a luta contra a secularização do ensino, a crença no poder da educação como força de progresso da nação. Mas como fundamentavam seu posicionamento? Quais argumentos justificavam suas percepções sobre educação?

A religião foi uma marca presente na organização curricular das instituições de ensino no Império até a década de 1870. Resistiu neste vasto território diante da ausência de um sistema unificado de educação, tendo o ensino elementar sob controle das esferas provinciais e diante do avanço do liberalismo representado pelo processo de laicização das instituições do Estado iniciado anos antes. Sob argumentos em favor de uma ordem social configurada pela união entre Estado e Igreja em que esta é tomada como amálgama moral fundamental para o progresso daquele, *O Apostolo* desviou-se do debate pedagógico especializado – desclassificando-o, inclusive, como espaço de atuação de “pedagogoltras” (T., 1873, p. 3) – enquanto deixava registrados elementos que evidenciam estratégias de disseminação de comportamentos ao povo católico.

Nesse sentido, pode-se destacar uma das críticas feitas pelo jornal à educação laica e estatal, à qual atribuíam um caráter revolucionário por inspirar uma possível ascensão social decorrente dela. Segundo editorial de 1884,

... da educação dependendo a felicidade e a paz da família, é ainda como o princípio do engrandecimento das nações.

É da educação, essa norma pela qual se devem regular todos os seus atos com relação aos iguais, superiores e inferiores, que sempre vem a tranquilidade e o respeito recíproco entre as diversas camadas sociais; pois que sendo [a educação] como a direção nos atos e na vida do homem, é o que verdadeiramente faz cada um conhecer sua posição social, resignar-se e cumprirem seus deveres (Educação, 1884, p. 1).

Nesse contexto, a educação assumia o papel de ordenadora social, uma vez que somente dentro de um princípio de ordem seria possível alcançar a felicidade e a riqueza. Martins e Gomes (2016) apontam que a associação entre respeito à hierarquia social e riqueza da nação foi reafirmada na encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, afim de solucionar ou combater o crescimento dos movimentos operários de cunho socialista gerados em reação à exploração e enriquecimento da burguesia industrial.

Mas o destaque se dá aos inúmeros receituários direcionados aos pais e mães que afloram nas páginas daquele periódico. Pais e mães são alertados e orientados na escolha das escolas, dos mestres e dos livros de seus filhos. Uma amostra disso pode ser vista no editorial publicado em 14 de janeiro de 1877, intitulado “A instrução e a educação”. O texto chamou a atenção dos pais para o cuidado na escolha da escola dos filhos, pois afirmava que muitas delas investiam em luxuosas propagandas, mas o que se ensinava ali era de péssima qualidade. O editor ressaltou também a importância de os pais analisarem “a ordem, a limpeza e condições de moralidade e hygiene” (A Instrução, 1877, p. 1) dos colégios e não confiarem no que informavam os responsáveis por fiscalizar a higiene e as instrução e educação. Pediu que ficassem todos atentos aos livros e professores para que estes não propagassem doutrinas anticatólicas, pois professores que “desrespeitam o Papa e a Igreja, defendem o materialismo e o livre-pensamento” trariam consequências “perniciosas” (A Instrução, 1877, p. 1). E continua:

A instrução é hoje, á vista da imensidade de collegios e escolas, uma indústria por todos os modos explorada, apesar de termos uma inspeccoria encarregada de vigial-a.

Os pais de familia que desejem dar a seus filhos uma educação litteraria perfeita são os que mais a peito devem tomar conhecimento dessas casas de educação e instrucção, do seu systema de ensino, dos livros adoptados, dos professores, e sobretudo do regimen moral e religioso adoptados.

[Escolher o colégio não é difícil, pois] Em regra, quanto mais inculcados e anunciados, menos dignos de crédito são entre nós os collegios.

São (...) garrafas contendo zurrapa e com rotulo de vinho do Porto (...).

Os livros assim como são forte elemento para desenvolver a intelligencia, servindo-lhe de guias seguros, são também o maior veneno proprinado á intelligencia do menino, conforme forem boas ou más as doutrinas nelles contido” (A Instrucção, 1877, p. 1).

A esse tipo de instrução chamaram *falsa educação*, a qual foi tomada como uma ameaça ao catolicismo. A falsa educação configurava-se na proposta de ensino leigo dos estabelecimentos de ensino estatais e na adoção de programas mais comprometidos com o cientificismo e abordados por professores ímpios. Contra ela, além da firme defesa do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas e do rol de orientações aos pais e mães para evitarem-na, a reivindicação pela criação de escolas paroquiais. Essa seria uma maneira de concorrer com os estabelecimentos laicos, conforme publicação de 5 de abril de 1878, em que o editor se utilizou dos pedidos póstumos do Papa Pio IX para incentivar os católicos ricos a financiarem os estabelecimentos de ensino confessionais: “abram pois mão de parte das suas rendas e apliquem-nas para o ensino e educação religiosa da mocidade” (A Educação, 1878, p. 1). E continua:

Chegou, pois, a ocasião de novamente tentar-se o ensino das letras e da Religião nas parochias; dos Rvms. Vigarios depende a realização d’este melhoramento: é preciso não desanimar, quanto maior fôr a perseverança, mais certa será a victoria.

Abram-se as aulas, ainda que para um menino só, mas os Srs. Vigarios nas suas homilias excitem os paes para o cumprimento deste tão sagrado dever, mostrem a todos as vantagens sociaes, que devem resultar do ensino principalmente religioso (A Educação, 1878, p. 1).

É interessante destacar que as percepções sobre educação em *O Apostolo* estavam permeadas pelos conceitos de educar e instruir ora apresentados como indissociáveis, ora destacando o valor do educar como superior ao do instruir. Oscilação demandada pelas necessidades específicas de cada contexto analisado pelos articulistas e editores. Fosse defendendo a indissociabilidade das ações ou a primazia do educar sobre o instruir, a perspectiva era a mesma, pois baseavam-se em argumentos que defendiam o ensino da religião como meio de civilizar e progredir, evitando a desordem social.

A folha católica posicionava-se junto àqueles que contestavam o domínio do Estado sobre a escolarização da criança, uma vez que, ao se comprometer com a instrução pública, admitia a diversidade populacional marcada pela presença de imigrantes de outras denominações religiosas, reconhecendo a privacidade das especificidades da fé de cada um. Vasconcelos (2005) situou o debate acerca das definições dos papéis de instruir e de educar a criança no século XIX, reconhecendo seu ápice no processo de centralização da escolarização sob os domínios do Estado.

Há de se destacar, contudo, que o processo de redução e exclusão do ensino religioso não ocorreu de forma linear na direção do ensino leigo. Houve avanços e recuos. Exemplo disso foi a aprovação, em primeiro de fevereiro de 1870, da obrigatoriedade do ensino religioso no Imperial Colégio de Pedro II, que

não faz teólogos, mas é evidente que o ensino sério e consciencioso do catecismo produzirá menos ímpios e espancará a ignorância, em estão sobre os fundamentos da religião de Jesus Cristo, tantos que por andam cheios de falsas teorias, que os levam até à blasfêmia. (...)

A presente reforma porém restabelecendo o ensino obrigatório do catecismo, ainda que no limitado espaço de um ano, satisfaz a uma das maiores lacunas, que havia no programa de estudos do Imperial Colégio de Pedro II, deu um passo de real e verdadeiro progresso, abriu caminho para o desenvolvimento da moral e da religião na educação da mocidade que frequenta aquele estabelecimento (*O Apostolo*, 1870, p. 90).

O editorial reconheceu a ação do então ministro do império que, através do decreto n. 4.468/1870, instituiu o ensino religioso obrigatório, mas fazia críticas aos materiais adotados de cunho racionalista e à rapidez da integralização do curso e denunciava a pouca importância dada ao ensino religioso na instrução pública brasileira.

Insistindo que, ao se ocupar somente da formação científica do sujeito, o Estado apenas instruía, editores e articulistas de *O Apostolo* pretendiam demonstrar que somente a educação (católica) poderia formar moralmente o sujeito. Numa situação ideal, instrução e educação deveriam ser partes indissociáveis do mesmo processo, porém, na impossibilidade de promovê-lo, a educação mostrava-se basilar, pois ela era a única capaz de garantir a harmonia social.

O artigo intitulado “A instrucção sem religião e a religião sem Papa”, de 1873, foi desenvolvido de modo a corroborar a perspectiva divulgada no jornal católico, apresentando a ocorrência de um crime como efeito da falsa educação. Iniciando o texto com a frase “Toda arvore se conhece pela qualidade de seu fructo, e todo systema social [sistema moderno de instrucção sem religião] se conhece pelos seus resultados práticos” (T., 1873, p. 3), relata o crime cometido pelo desembargador Pontes Visgueiros, no Maranhão, em 3 de setembro daquele ano, contra uma menina de 16 anos por quem tinha interesse amoroso, para relacioná-lo a uma discussão sobre a proposta pedagógica do ensino público:

Agora venham aqui todos esses coryphêos da ‘pedagogomania’, todos esses ‘pedagogolatrás’ do seculo XIX, e respondam-nos:

– Se a instrucção ‘por si só’ é capaz de ‘moralisar’ o homem, porque este jurisperito maranhense (de 62 annos de idade!) commetteu um assassinato tão horroroso? De que é que lhe servio um ‘conhecimento tão completo’ do crime e ‘das causas’ que o crime conduzem, conhecimento reflectido e rumido em tantas causas crimes que por longos annos passou em revista e julgou?

Ó estultos ‘pedagogolatrás’! Desafio-vos a que nos deis outra resposta que não seja esta:

– A ‘instrucção sem religião’ do desembargador Visgueiro, no caso vertente tocante á moralidade, só lhe servio para commetter um assassinato com um requinte de maldade tão espantoso, que desce CEM GRÁOS abaixo de TROPPEMAN no abysmo do crime!

Abri, pois, os olhos do espirito, cegos voluntarios deste seculo de ‘luzes tenebrosas’, curai-vos dessa ‘monomania alphabetica’, ó estultos ‘pedagogolatrás’ da ‘civilisação barbaresca’ do seculo XIX; e sabei que quem pôde ‘moralisar’ é a religião e sómente a ‘verdadeira’ religião.

Si pois quereis uma sociedade moralizada e illustrada, mandai a mocidade primeiramente á egreja aprender ‘de viso’ e sobretudo ‘de auditu’ o cathecismo e no cathecismo a ‘moralidade’, e depois dai-lhe uma instrucção ‘sã’ e religiosa nas escolas, e não essa instrucção envenenada ou melhor ‘instrucção-veneno’ do romance, do libello e da impiedade fanfarram de nossas escolas (T., 1873, p. 3, grifo do autor).

Evidentemente, trata-se de um recurso textual que visava a gerar comoção entre os leitores da folha, ignorando o fato de que o assassino era um homem de 62 anos, portanto com alta probabilidade de ter sido escolarizado em presença do ensino religioso. Ou seja, um homem educado na moral cristã.

Quando da consolidação da separação entre Estado e Igreja, em 1890, mais uma vez *O Apostolo* recorreu às famílias solicitando que não matriculassem seus

filhos “onde predominava o ateísmo” e orientava aqueles que não pudessem arcar com a educação de seus filhos fora da escola pública, que compensasse o ateísmo dela no seio familiar: “mas quando seja inevitável confiá-los às casas de instrução positiva e moralidade negativa, destruir pelo ensino, pelo exemplo e pelo exercício das virtudes cristãs no lar doméstico, os efeitos fatais do ateísmo das escolas e da corrupção da imprensa e das ruas” (Salve-se, 1890, p. 1-2).

Anos mais tarde, a Santa Sé, por meio da Encíclica *Divinū Ilius Magistri* (1929), declarou a primazia da família, orientada pelo catolicismo, na introdução de seus filhos na única forma de instruí-los e educá-los corretamente: sob os preceitos da fé.

Conclusão

Idealizado e sustentado como um brado em defesa da religião católica no Brasil, *O Apostolo* identificou temas sensíveis e traçou estratégias de legitimação de suas percepções sobre eles. Dentre esses temas, ganhou destaque a educação por seu potencial formador e fortalecedor da religião.

Para que o campo educacional se tornasse fértil em defesa da fé, era necessário combater o avanço da laicização do ensino, bem como promover a educação católica. Nesse processo, o Estado brasileiro ganharia bons cidadãos e a Igreja, bons católicos, únicos agentes possíveis da ordem social.

Na medida em que percebem os avanços dos ideais de seus inimigos sobre a instrução pública, editores e articulistas de *O Apostolo* apoiaram-se no argumento de que os problemas sociais brasileiros eram tributários do avanço da indiferença à religião, processo, esse, fomentado pela instauração de escolas públicas laicas e pela valorização da instrução em detrimento da educação. Segundo eles, a criminalidade se tornou o principal índice de medição do avanço da instrução em detrimento da educação.

A fim de reverter tal crise, *O Apostolo* convocou e orientou pais e mães para tornarem-se os principais aliados no combate à falsa educação ofertada pelo Estado enquanto clamava pela manutenção/reintrodução do ensino religioso católico nas escolas públicas. Com esse intento cada vez mais distante de se concretizar, propôs-se uma alternativa já sinalizada nas páginas do periódico desde, pelo me-

nos, a década de 1870, a criação de instituições de ensino católicas como alternativa e resistência ao ensino laico.

A forma como se davam as clivagens entre Estado e Igreja fez surgir uma divisão no interior do grupo religioso – identificado ao movimento ultramontano – representado pela redação de *O Apostolo*. Enquanto padre Ferreira e seus apoiadores se mantiveram em busca de colaboração entre aquelas duas instituições, Reis abandonou o grupo em favor de um posicionamento que o próprio chamou de *verdadeiramente católico*, enrijecendo suas críticas ao Estado.

Ainda que o desacordo entre Reis e padre Ferreira tenha direcionado a folha católica para as mãos de novos proprietário e editores, acabou por estimular a abertura de uma outra frente de ação: o investimento na criação de escolas paroquiais, intento que encontrou dificuldades, mas que serviu de alternativa como polos de ensino pautado no catolicismo.

Àqueles que não tivessem outra opção além da instrução pública laica, restava ainda dois baluartes: a família e a Igreja.

Referências bibliográficas:

A EDUCAÇÃO da mocidade. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1878, *O Apostolo*, p. 1.

A INSTRUCÇÃO e a educação. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1877, *O Apostolo*, p. 1.

A RELIGIÃO do estado e a liberdade de cultos II. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1867, p. 242-243.

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

BRANDÃO, M. S. A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso ‘O Apostolo’. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, 2011. pp. 138-143.

BRASIL. *Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879*. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 30/5/2016.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 20/5/ 2016.

- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BASSANESSI, Carla. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- DO FRADE ao padre só a diferença do voto. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1870, Badaladas, p. 3834.
- EDUCAÇÃO popular. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1884, *O Apostolo*, p. 1.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *Faire de l'histoire: nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974a.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *Faire de l'histoire: nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974b.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *Faire de l'histoire: nouveaux objets*. Paris: Gallimard, 1974c.
- LEÃO XIII, Papa. *Carta encíclica Rerum Novarum* (Sobre a condição dos operários). Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 25/8/2020.
- LIMEIRA, Aline de Moraes. *Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em <<https://www.bn.br/producao/documentos/jornal-apostolo-1866-1893-acoes-catolicas-imprensa-educacao>>. Acesso em: 09/5/2016.
- LUSTOSA, Isabel. A questão religiosa: os bispos contra d. Pedro II e a maçonaria. *Observatório da imprensa*, 4 set. 2012a, Programa 655. Disponível em <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/post/isabel-lustosa>. Acesso em: 10/08/2020.
- LUSTOSA, Isabel. O Apostolo e a questão religiosa. *Observatório da imprensa*, 18 set. 2012b, Programa 657. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/post/isabel-lustosa>. Acesso em: 10/08/2020.
- LUSTOSA, Oscar de F. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.
- MARTINS, Marco Aurélio C. Romanização, ultramontanismo, tradicionalismo: revisão historiográfica. In: *Anais VI Congresso Internacional em Ciências da Religião*. Goiânia: Ed. PUC Goiás/América, 2012. p. 280-287.
- MARTINS, Marco Aurélio C; GOMES, Eveline V. Educação de Estado versus Educação Católica: a crítica do catolicismo ao modelo de educação prussiano. In: *XII CIHOLA - Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*, 2016, Medellín. *Historia de las instituciones, prácticas y saber pedagógico en Iberoamerica*, 2016. v. 1. p. 230-245.
- NEVES, F. R. A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX. In: *Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto, v. 1, 2013. pp. 1-13.
- NOVIDADES da semana. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1866, *Semana Illustrada*, p. 3037.
- O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1870, *O Apostolo*, p. 90.

O APÓSTOLO. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1866, *O Apostolo*, p. 1-2.

ORLANDO, Evelyn de A.; LEONARDI, Paula. Apresentação do dossiê: História da educação católica: produção e circulação de saberes pedagógicos. *Hist. Educ. (online)*, Porto Alegre, v. 21, n. 52, 2017, p.15-20.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. *Entre o trono e o altar: sujeitos, saberes e instituições escolares na capital do Império*. Tese (Doutorado em Educação), UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

PINHEIRO, Alceste. A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 1, 2012, p. 53-60.

PIO IX, Papa. Amado filho, saude e benção apostolica. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1870, p. 1.

PIO XI, Papa. *Carta encíclica Divini Illius Magistri* (Acerca da educação cristã da juventude). Disponível em https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em: 25/08/2020.

R. O dia 7 de setembro. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 6 set. 1878, *O Apostolo*, p. 1.

SALVE-SE quem puder. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 17 out. 1890, *O Apostolo*, p. 1-2.

SANTIROCCHI, Ítalo D. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo no segundo império (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História). Roma: Pontificia Universidade Gregoriana, 2010.

SOBRE a educação dos filhos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1866, Primeira domingo da epiphania, p. 1.

T. A instrução sem religião e a religião sem papa. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 set. 1873, Comunicados, p. 3.

VASCONCELOS, Maria Celi C. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

¹ Este artigo descende de meu trabalho de Dissertação de Mestrado, defendido no ano de 2018, que teve como tema as representações sobre educação católica presentes nos editoriais de *O Apostolo*, enquanto esteve à sua frente o padre José Ferreira Gonçalves (1866-1882).

Recebido em 9/11/2020, aceito para publicação em 26/11/2020.